PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Do Sr. Andre Moura)

Dispõe sobre o reajuste periódico da tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas com base no reajuste do salário mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** O reajuste periódico dos valores expressos em reais na tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas, e dos valores das deduções legais, será reajustado com base no Índice Nacional de Reajuste do Salário Mínimo.
- **Art. 2º** O Poder Executivo publicará no Diário Oficial da União anualmente, Lei com os valores expressos do reajuste.
- **Art. 3º** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Desde 1996, a Receita vem corrigindo a tabela de isenção do IR abaixo da inflação oficial. O reajuste automático de 4,5% – centro da meta inflacionária do governo – ocorre desde 2007. Mas o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), só em 2013, acumulou alta de 5,91%. Essa discrepância

faz com que, ano a ano, mais pessoas isentas sejam obrigadas a contribuir

para o Fisco.

O aumento real do salário mínimo também agrava a defasagem. Em

2014, ele foi reajustado em 6,78% – para R\$ 724. Um aumento real de 0,87%.

Um estudo mostrou que, em 1996, era isento do IR quem recebia até

6,55 salários mínimos. Já em 2014, a faixa de isenção caiu para 2,47 salários

mínimos.

De acordo com o Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da

Receita Federal), entre 1996 e 2013, a tabela do IR foi corrigida em 89,96%,

enquanto o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 206,64% no

mesmo período.

Se esta defasagem fosse corrigida hoje pelo cálculo proposto, quem

tivesse rendimentos mensais de até R\$ 2.913,00 estaria isento de pagar o IR.

Em 2014, a faixa de isenção de renda é de R\$ 1.787,77.

Um contribuinte com salário mensal de R\$ 3,5 mil paga hoje R\$ 189,97

por mês de Imposto de Renda. Se houvesse correção próxima à inflação,

pagaria R\$ 44,10 a menos todos os meses, uma economia de R\$ 529,20 no

ano.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014.

Deputado ANDRE MOURA

PSC/SE